

Então que a gente possa discutir mecanismos de integração pautados na colaboração, pautados no respeito mútuo, pautados no combate a toda forma de injustiça e de discriminação, e não mecanismos que, sob a premissa tão louvável da integração tão necessária para o nosso estado e para o nosso país, se tornem mecanismos de luta política para manter essas desigualdades, para aprofundar a guerra fiscal, para aprofundar o preconceito e a discriminação contra os brasileiros de outras regiões do nosso estado.

Então, presidente, em respeito aos milhões de nordestinos e nordestinas que construíram tudo de que o estado de São Paulo se orgulha e que não podem ser excluídos, não podem ser desrespeitados de qualquer projeto para o estado de São Paulo, eu tenho que me posicionar, junto com toda a bancada do PSOL, contra esse consórcio.

Eu espero que a gente possa caminhar para mais integração cidadã, e não para mais tentativas de separar, de dividir, de usar as nossas diferenças regionais para nos separar, para aumentar a discriminação e o ódio que infelizmente, de maneira lamentável, ainda existem no nosso país.

Então, contra qualquer tentativa de separatismo, contra qualquer tentativa de xenofobia, de desprezível a cidadania de homens e mulheres do nosso país que também contribuem com o estado de São Paulo, mesmo que não tenham nascido aqui, para que a gente possa pensar mecanismos para fortalecer a integração também com os estados do norte e do nordeste, que também contribuíam muito com o nosso país e que não podem ser desrespeitados e muito menos deixados de lado, como esse consórcio lamentavelmente se propõe, eu me manifesto aqui e, junto com a bancada do PSOL, vou votar contra esse projeto.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PL - Obrigado, deputado Cortez. Para falar a favor, convidó à tribuna o deputado Dr. Jorge do Carmo.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público da TV Alesp, público aqui presente na nossa galeria, os assessores. Sr. Presidente, hoje, mais uma vez, volto a esta tribuna para falar sobre os temas relevantes que nós tratamos aqui.

Atuamos, de forma veemente, as pessoas que me antecederam foram bastante enfáticos, e convencíveis de que realmente a gente precisa discutir melhor, entender melhor, para depois, sim, tomarmos uma decisão.

Mas antes, Sr. Presidente, quero falar, pedir licença às Sras. Deputadas e Srs. Deputados, e V. Exa., para dizer, na mesma linha de que tanto o deputado Carlos Giannazi quanto o deputado Guilherme Cortez falaram aqui, a nossa tática de obstruir e de falar aqui com os deputados e de fazer essa discussão aqui no plenário fez o governo perceber que não tinha maioria, não tinha os votos suficientes para provar o famigerado PL 752 fez com que o governo retirasse da pauta.

Então, saudar os advogados e advogadas, colegas que vieram hoje nesta Casa prestigiar, e dizer que é assim mesmo, é diligência, deputada Professora Bebel, é acompanhar de perto.

Porque, se não tomar esse cuidado, se não tiver essa diligência, de repente em uma sessão aqui aprovam rapidamente. Por isso nós estamos aqui também muito diligentes. E quando os colegas advogados, as colegas advogadas vêm à nossa galeria aqui participar, ouvir, ver, ficar atentos, é também para saber o que pensa cada deputada e cada deputado.

É também para ficar de olho, deputada, Professora Bebel, deputado Rômulo Fernandes, ficar de olho em como é que votam aqueles deputados e deputadas que vão lá pedir voto para vocês? Que vão lá na sociedade pedir apoio, pedir voto e dizer que está aqui para defender os interesses da comunidade, da sociedade, e quando chegam aqui votam contra.

Eu sempre falo nas comunidades onde eu atuo. Sempre falo. Às vezes o deputado, o vereador vai lá na sua comunidade, na sua cidade e fala: “olha, eu estou lá para defender você, eu estou lá para ser a sua voz, eu estou lá para falar em seu nome. Eu estou lá para dizer aquilo que você me elegeru e me escolheu”. Ai falam uma situação, fazem essa promessa lá de manhã, e quando chega à noite aqui, na sessão extraordinária...

Agora é mais cedo, agora é quatro e meia, antes das 17 horas, quatro e meia, cinco horas. Antes, a sessão extraordinária aqui começava às 19, e às vezes ia das 19 até às 21, 22, 23 horas. Ai, aquilo que foi falado lá na cidade, na sua comunidade, não vale mais porque o deputado, a deputada não sustenta, infelizmente, aquilo que combinou.

A gente tem que ter coerência, deputada Mônica. Coerência. Coerência é você. Não prometer aquilo que não pode cumprir, e não falar e depois desfalar. Eu aprendi isso, não foi nem aqui no Parlamento, não foi na Faculdade de Direito, não foi na minha formação, foi com meus pais.

Não é obrigado a prometer - e fale sempre a verdade - e por isso é que, diligentes como vocês estão, vieram aqui. Que bom que a gente está sendo vigiado, acompanhado, para saber exatamente como vota cada deputado.

Eu certamente não pedi voto para muitos dos colegas, não tive a oportunidade. Se tivesse, pediria, claro. Mas, quando a gente chega aqui, a gente tem que ter coerência com aquilo que nós defendemos na campanha ou com aquilo que nós precisamos para a sociedade.

Por isso, parabéns aos colegas deputados e deputadas que vieram a essa galeria hoje, pensando até que poderia estar na pauta, mas não está na pauta exatamente por essa preocupação de não aprovar, porque esse projeto agora virou do governador. Não era, viu? Não era do governador. Esse era um projeto do tribunal.

De repente, o governo criou um interesse e aí está organizando, mobilizando. Mas a gente percebe que não está dando muito certo, porque ninguém aqui é simpático - pelo menos, eu penso - a aumentar tributos, aumentar impostos, aumentar e dificultar o acesso à Justiça. Por isso, obrigado pela participação e pela presença de vocês, advogadas e advogados que vieram a essa galeria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Sr. Presidente, quero também, antes de falar sobre o PL 1.084, de 2023, falar de dois outros assuntos, rapidamente. Já faz alguns anos que eu, que moro lá na zona leste, na Cidade Tiradentes, atuo muito ali na região de Guaianases, Itaim Paulista, Cidade Tiradentes, e naquela região também do Alto Tietê.

Temos uma estação que é a Estação Guaianases da CPTM, Linha 11 - Coral, que não tem acessibilidade. Certamente, os deputados e deputadas, o público aqui presente, o público da TV Alesp, já viram quantas vezes aquela estação de Guaianases já foi pauta do “Bom Dia, São Paulo” e de outros telejornais, exatamente sobre as dificuldades que aquela estação oferece para as pessoas que a acessam, que vêm do Alto Tietê e que têm que fazer, muitas vezes, a ligação com a região.

As dificuldades que as pessoas enfrentam, a falta de acessibilidade. Eu já vi senhoras e senhores andando naquelas escadas, se arrastando ali com uma dificuldade imensa, porque não tem uma escada rolante, quicã um elevador.

Tomara que agora a gente resolva isso, porque, de tanto eu insistir e persistir, encaminhei um pedido para o presidente Pedro Tegon Moro, da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, isso agora, no mês de maio, dizendo de quando vai ter acessibilidade, escada rolante naquela estação, na Estação Guaianases da CPTM, Linha 11 - Coral. E veio a resposta. Tomo a liberdade de ler aqui:

“Ofício da CPTM. Diante do exposto, em resposta ao ofício em questão, de autoria do deputado Dr. Jorge do Carmo, informamos que está em desenvolvimento o projeto para adequações pontuais da Estação Guaianases, onde necessitam de intervenções.

O projeto prevê a substituição das escadas fixas” - que eu falei agora há pouco - “por escadas rolantes, para melhorar o acesso às plataformas, a adequação das rotas táteis existentes e a implantação do bicicletário, entre outras melhorias.”

Agora perguntei quando vai começar, qual é a previsão, cadê o projeto? E aí, segundo informações da CPTM, dizem que não respondem por WhatsApp, só respondem oficialmente.

Então, vou oficiar, vou perguntar quando, porque a população quer saber quando vai ter acessibilidade, escadas rolantes, na estação da CPTM de Guaianases, Linha 11 - Coral.

Sr. Presidente, quero pedir uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Quero convidar para fazer essa chamada a nobre deputada Dani Alonso e o nobre deputado Ricardo França, para fazerem a verificação de presença.

* * *

- Verificação de presença.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Gilmaci Santos.

* * *

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Constatado quórum regimental, obrigado deputado e deputada, devolvemos a palavra ao orador na tribuna. Obrigado, deputados.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Obrigado, Sr. Presidente. Eu falava sobre a falta de acessibilidade da estação da CPTM, agora vou rapidamente falar de outro assunto que é bastante interessante, penso eu.

Pela região de... está aqui o deputado Rômulo Fernandes, de Mauá, região do ABC, mas especialmente região de Mauá; pense comigo, deputado Rômulo, isso é uma coisa que já fiz o encaminhamento, mas o governo não tem interesse. A região do ABC com a região Alto Tietê, se você mora no Alto Tietê e precisa ir para o ABC, e não tem carro próprio, você precisa do transporte público, você tem que vir pela Linha 11 - Coral, pegar o Metrô, ou então ir de trem até o Brás, e de lá você ir para o ABC.

A reciproca é verdadeira: se você está no ABC e precisa ir para o Alto Tietê, e não tem carro para fazer isso, você depende do transporte público, você tem que pegar também a Linha 10 - Turquesa, lá de Mauá, a região, e vai até o Brás, e dali, sim, você vai para a região Alto Tietê pela Linha 3 - Vermelha do Metrô, ou pela 11 - Coral, da CPTM.

Imaginem, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, se uma linha da EMTU, um trecho muito pequeno ligando o município de Mauá à estação de Mauá da Linha 10 - Turquesa até a Estação Dom Bosco, que fica ali na Jacu-Pêssego, que é da linha 11 - Coral, trecho nada mais que 15 a 20 quilômetros, acho que não passa disso. Imaginem um corredor de ônibus da EMTU ligando o ABC ao Alto Tietê.

Imaginem o quanto isso facilitaria a vida do trabalhador, da trabalhadora, do cidadão que precisa muitas vezes ir para São Bernardo, para Diadema, precisa ir para São Caetano, precisa ir para Santo André ou para Mauá, ou precisa ir para Ferraz, Itaquá, Poá, Suzano, Mogi das Cruzes, aquela região do Alto Tietê, até Biritiba Mirim ou Salesópolis, Guararema, Santa Isabel, a região do Alto Tietê com a região do ABC.

Uma linha de ônibus tão pequena, um trecho tão pequeno, deputado Rômulo, seria suficiente ligando ali a Jacu-Pêssego, que é a Av. Vice-Presidente José Alencar Gomes da Silva, ligando um trecho ali tão pequeno, olha o quanto beneficiária a população dessas duas regiões grandiosas.

Já fiz uma reunião com o presidente da EMTU, mas ele não tem interesse de fazer isso. Então, deputado Rômulo, estou aproveitando a oportunidade de V. Exa. aqui no plenário, isso é um assunto que tem a ver com a nossa luta naquela região.

Vamos insistir com isso, sabe, vamos fazer reuniões conjuntas, vamos fazer essa luta, porque quem ganha é a população daquela região, daqueles municípios, que vai facilitar, e muito, a vida das pessoas daquela região.

Então fica a sugestão. Quero muito contar com o apoio de V. Exa. e demais deputadas e deputados aqui presentes, para a gente tratar desse assunto, que é extremamente relevante.

Mas, Sr. Presidente, quero aproveitar os minutos que me restam para falar do PL n.º 1.084, de 2023, que é aquele que cria o Cosud, Consórcio Sul e Sudeste. Nós já falamos isso aqui no Congresso de Comissões, apresentamos nosso voto em separado, falando que nós não concordaríamos com esse consórcio das duas regiões.

Por que não criar, então, o consórcio do sudeste, incluindo aí o estado de São Paulo, um estado protagonista, o Rio de Janeiro, o Espírito Santo e Minas Gerais, e aí desmistificando exatamente, como já foi mencionado aqui, aquela fala infeliz separatista, preconceituosa, contaminou, como disse aqui o deputado Simão Pedro, contaminou o projeto, contaminou a ideia, porque trouxe uma opinião que é exatamente o que ele pensa e como se comporta, preconceituosa, discriminatória, xenofóbica, de separatismo do Brasil.

Quero aproveitar para dizer, a nossa Constituição cidadã, que foi aprovada em 1988, diz no seu Art. 1.º: “A República é formada pela união indissolúvel de seus entes federados”.

Então, não ao separatismo. E o Brasil é um Brasil que está unindo. Chega de política de ódio, chega de a gente fazer com que a gente fique brigando, odiando o próximo. Esse tempo, graças a Deus, é passado, graças a Deus nós superamos depois de tantas dificuldades.

A última eleição que foi muito polarizada entre aqueles que queriam o Brasil da unidade, o Brasil da união, o Brasil da reconstrução, que está, através do PAC, que é o Programa de Aceleração do Crescimento, exatamente demonstrando isso.

A região sudeste é muito mais beneficiada pelo seu tamanho, e é por essas razões que nós somos contrário à forma como está apresentado e queremos, sim, o Consórcio da Região Sudeste para que a gente tenha a região sudeste cada vez mais protagonista, mas não em detrimento do nordeste, não em detrimento do sul, não em detrimento do centro-oeste, não em detrimento da região norte.

Nós queremos sim um Brasil unido, um Brasil sem ódio, um Brasil sem divisão e sem separatismo. E por isso nós estamos contrário a essa forma que esse projeto está sendo apresentado, que é o 1.084, de 2023.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado deputado.

Com a palavra, para discutir contra, a deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa noite, Sr. Presidente, cumprimento a Mesa Diretora de trabalhos, os assessores à minha esquerda, à minha direita, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, todos que nós ouvem e assistem através da Rede Alesp; subo a esta tribuna e primeiro deixar clara a minha posição frente à cobrança das taxas aí judiciais.

Quero dizer que eu sou contra, e sou contra por razões óbvias. De novo é o trabalhador, de novo é aquele que, enfim... Ah, sob a égide de que vai organizar melhor a gente acaba, fica inventando a roda para poder fazer cobranças.

Não faltam taxas para a população paulista pagar. É taxa disso, taxa daquilo, mas uma taxa para defender seus direitos é inaceitável. Não temos advogados agora presentes, mas quero deixar clara a minha posição frente a esse projeto, e quero chamar a atenção para o seguinte: a deputada Monica era líder na época que eu fui líder, e eu me lembro perfeitamente que junto comigo a deputada Janaina Paschoal segurou no Colégio de Líderes para que não viessem nem a plenário, porque eu tenho que ser justa com ela, exatamente pelos argumentos que a gente utilizava aqui. Engraçado dizer que ela era neoliberal, mas eram coisas que ela tinha, esse sentimento. Eu tenho que ser coerente. E do meu lado eu defendia também da mesma forma.

Então, essas taxas nem saíram do Colégio de Líderes, tanto que vieram para este ano. Então isso tem que ser considerado. Naquele momento, tanto a deputada Janaina Paschoal quanto

eu seguramos isso lá. E não saiu de lá. Então, o fato de estar não é crime também.

O que nós não podemos é votar favorável aquilo que é ruim, e eu estou entendendo que é, porque tem mil outras coisas, deputado Barros Munhoz, para se debater nesse Estado e que me parece que, com o orçamento do Tribunal de Justiça tem, é bastante volumoso para tocar os trabalhos que tem lá.

Então nós temos que votar peças aqui que sejam favoráveis à população paulista. Então estou deixando aqui um posicionamento.

A outra questão eu acho muito importante a gente separar, separar o que a gente entende pelo Projeto 1.084, de 2023, que institui o Consórcio de Integração dos Estados do Sul e Sudeste do Brasil.

Ao mesmo tempo, nós entendemos o que leva o governador a fazer a fala que fez, Zema fazer a fala que fez. Eu separo dizendo o seguinte, eu entendo que ele teve uma fala xenofoba, separatista, mas ele não tem força para separar este País. Isso, para mim, é ponto de partida. Não tem força para separar este País.

Mas o projeto começa errado. Ele começa errado na medida em que já começa fragmentando, ele começa errado na medida em que a gente tem que entender, primeiro, quando eu estava no Conselho Nacional de Educação, e nós lutamos para ter, muito intensamente, para ter um sistema nacional articulado de educação.

O que a gente debatia lá, deputado Caio França, era exatamente que a gente pudesse ter os regimes de colaboração instituídos nos blocos, organizados por estados que tivessem ações comuns para um bem comum, no caso, a qualidade da educação.

A organização social, política e estrutural do Estado Brasileiro nos permite dizer o seguinte, mas não dá, porque há uma autonomia de estados, de municípios, de União e de Distrito Federal. Sim, se eu for pela Constituição de 88, que institui a República Federativa do Brasil, é isso. Mas a República Federativa do Brasil permite também que os estados se inter-relacionem entre si, que os estados debatam entre si.

Então o que, na minha opinião, está acontecendo - e eu não vou nem me ater à fala do governador de Minas - é exatamente a necessidade, e aí o deputado Barros Munhoz fala assim, “eu ando esse Brasil, eu vou”, eu acho que é isso, eu acho que o link que tem que ser feito, a grande articulação que tem que ser feita é com esse diálogo que V. Exa. apresenta aqui na tribuna.

Por que não? Por que não chamar o Brasil e falar “olha, vamos fazer isso, vamos debater esse consórcio à luz, a gente não entra nem no mérito das políticas, porque nós acabamos de ter o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento. São Paulo e Minas foram os dois estados que mais saíram beneficiados com os anúncios do PAC.

Meu Deus do céu, ou esses estados vão se unir para fazer um diagnóstico e dizer “não, aqui é transporte, tal estado é moradia, tal estado é política pública, é saúde, é educação, ou nós, na verdade, vamos fazer um faz de conta e uma divisão neste País, estrutural.

Mais estrutural do que política, porque o legal é que o grande link, a grande articulação que deveria ser feita seria através exatamente das políticas públicas que iam unificando, e não ficar fazendo blocos, blocos para cá, blocos para lá.

É inconcebível dizer que o Partido dos Trabalhadores é contra consórcio. Não é, porque então não teria o consórcio do ABCDM, por exemplo. O deputado Rômulo esteve aqui e falou, tem um consórcio do ABCDM.

E tem outros consórcios, como tivemos em Piracicaba, articulado pelo ex-prefeito Machado, o consórcio das águas, que se articulou através do quê? Da Agência Nacional de Águas, que lida com o Meio Ambiente, que é o forte que este País está debatendo.

Então, debater esse projeto, há um interesse nosso. Nós temos interesse. Nós só não queremos é ter que aprovar algo, ou um projeto desta magnitude, sem o devido aprofundamento. Ou, que seja, embasado numa fala separatista. Não: a gente quer em cima de políticas públicas de desenvolvimento regional. É isso que a gente quer.

Se a gente estiver muito bem, crescendo os vários blocos, potencializando as riquezas de cada bloco, fazendo a intersecção, este País cresce, e cresce muito. E quem é que ganha? São governadores? Eles são gestores. Mas quem ganha é a população. É isso que a gente tem que ver. E, para isso, a gente tem que ter princípios básicos da gestão pública. Quais?

A transparência, a clareza nos projetos, a democratização dos espaços, para que, de fato, essa articulação se dê. Porque, do contrário, a gente vai estar fragmentando e dividindo em pedaço. “Você fica com isso, isso e isso.” E não é desta forma que a gente entende.

Eu nunca fui ministra, e nunca fui gestora, como foi o meu querido deputado Barros Munhoz. Mas tenho clareza política das questões todas. Porque a gente sempre foi... Nós tivemos gestões que acertaram, e gestões que erraram. E, toda vez que errou, errou porque, na verdade, deixa de ter essa escuta que, na minha opinião, é muito importante.

Isso aqui, no mínimo, era para ter tido audiências públicas regionais por este País. E trazer para esta Assembleia, e fazer o grande enlace aqui. Seria um grande evento de monta. Eu acho que São Paulo, e todo o bloco, todo o Consórcio, ganharia, e ganharia muito.

Eu digo que o Partido dos Trabalhadores não é contra, porque o Partido dos Trabalhadores, por exemplo, está lá no BRICS. Nós temos a presidenta do BRICS que, aliás, deve ser aplaudida em pé, que é a ex-presidenta, injustamente golpeada, Dilma Rousseff, que preside hoje o BRICS. E é um bloco econômico que está aí.

Então, se a gente é contra, a gente não seria favorável ao BRICS, nem seria Mercosul, não. Exatamente porque a gente está, na verdade, querendo potencializar. Então, quando você traz esse debate para o Brasil, é pensando desta forma. Eu parabenizo a ex-presidenta Dilma porque, no dia de ontem, foi constatado que ela nunca deu e nunca existiu pedalada fiscal.

O que significou, com a presidenta Dilma, foi uma injustiça política, pela qual ela passou, naquele triste momento pelo qual o Brasil também sofreu, e paga o preço até o dia de hoje.

Então, com essas palavras, eu quero dizer o seguinte. Pedir para o presidente deixar a gente dar uma aprofundada, incorporar mais propostas. Podemos ter acordo de plenário, fazer propostas que aprimorem, para a gente poder votar, e votar de outra forma. Porque eu não posso votar contra alguma coisa que, no princípio, está correto. Essa que é a questão. Para fechar, dizer que ontem estive no Congresso Nacional, representando a Secretaria Especial da Mulher na Casa. Eu sou a... eu represento a mulher aqui na Casa, lá no Congresso Nacional, e a Procuradoria.

Eu sou procuradora da mulher aqui na Casa, na Assembleia Legislativa. Então, eu quero agradecer a cada deputado, cada deputada que votou pela minha ida. Representei.

Por óbvio, vou trazer no momento nosso de discussão, Monica, porque eu acho que é muito importante nós instigarmos a formação das procuradorias nas Câmaras de Vereadores.

A gente tem muitas; precisa articular, para a gente trabalhar juntos, porque essa pauta é uma pauta muito importante. E lá as mulheres se sentem assim... Há um respaldo, tem um tripé.

Você tem o Conselho Nacional da Justiça, você tem a própria Procuradoria e você tem também todo o aparato para assegurar que essas procuradorias deem certo. Então, tem como adjunta... Adjunta, acho que é a Paula, comigo; tem mais a Marina Helou. Eu acho que aí eu vou chamar um encontro, chamar vocês para ver como é que a gente dá esse start aqui no estado de São Paulo, porque nós temos que também fazer o nosso papel de refletir as políticas que são boas.

Essa é uma que eu considero boa, porque é defesa da mulher, é como empoderar... Não, “empoderar”, eu não uso muito o termo. Mas é uma forma de que a mulher tenha mais aparatos para fazer valer as leis por que nós lutamos todos esses anos. Está bom?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

E agradeço.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Deputada, continua em discussão.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Jorge Wilson, nosso líder do Governo.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - PARA COMUNICAÇÃO - Chegamos a um acordo aqui, entre os líderes, de dar por discutidas duas horas. A gente encerra. E continuaremos na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Eu pergunto aos líderes em plenário se tem anuência dos líderes para o acordo.

Então, havendo acordo de lideranças, está levantada a presente sessão, lembrando da segunda extra para daqui a 10 minutos.

- Levanta-se a sessão às 18 horas e 47 minutos.

* * *

23 DE AGOSTO DE 2023 29ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: ANDRÉ DO PRADO

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - ABRESENTAÇÃO DE PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

2 - Abre a sessão. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PLC 61/23. Encerra a discussão do PL 233/18. Coloca em votação e declara aprovado o substitutivo apresentado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com parecer favorável da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, restando prejudicado o PL 233/18, e rejeitado o PL 293/18, em anexo. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 254/22, salvo emenda. Coloca em votação e declara aprovada a emenda apresentada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, com parecer favorável do congresso de comissões. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 451/22. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 10/23, salvo emenda, restando prejudicado o PL 256/23, em anexo. Coloca em votação e declara aprovada a emenda ao PL 10/23, com parecer favorável. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 81/23, salvo emendas. Coloca em votação e declara aprovadas as emendas apresentadas pelo congresso de comissões, restando prejudicada a emenda 1. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 280/23, salvo emenda. Coloca em votação e declara aprovada a emenda apresentada pelo congresso de comissões. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 308/23, salvo emenda. Coloca em votação e declara aprovada a emenda com parecer favorável. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovados, separadamente, os PLS 645, 725, e 871/23.

2 - REIS

Para comunicação, faz pronunciamento.

3 - DR. EDUARDO NÓBREGA

Para comunicação, faz pronunciamento.

4 - DONATO

Para comunicação, faz pronunciamento.

5 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Para comunicação, faz pronunciamento.

6 - ROGÉRIO NOGUEIRA

Para comunicação, faz pronunciamento.

7 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Parabeniza os líderes desta Casa pelo empenho na aprovação de projetos de autoria dos deputados.

8 - FELIPE FRANCO

Para comunicação, faz pronunciamento.

9 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Enaltece a importância do esporte. Encerra a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. André do Prado.

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Presente o número de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior. Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Item 1 - Discussão e votação do Projeto de lei Complementar nº 61, de 2023, de autoria do deputado Reis.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 2 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 233, de 2018, de autoria do deputado Campos Machado. Em anexo, o PL nº 293, de 2018.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o substitutivo apresentado pela Comissão de Meio Ambiente ao PL 233/18, com parecer favorável da Comissão de Finanças. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o substitutivo, prejudicado o PL nº 233/18, e rejeitado o PL nº 293/18.

Item 3 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 254, de 2022, de autoria dos deputados Rafa Zimbaldi, Marcio Nakashima e Marina Helou.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto salvo emenda. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. Em votação a emenda apresentada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, com parecer favorável do congresso de comissões. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada também a emenda apresentada na Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Item 4 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 451, de 2022, de autoria dos deputados Emídio de Souza e Marcio Nakashima.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 5 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 10, de 2023, de autoria dos deputados Rogério Nogueira, Luiz Fernando Teixeira, Patrícia Gama, Rafa Zimbaldi e Thiago Auricchio. Em anexo, o PL 256, de 2023.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto, salvo emenda. As Sras.